

AÇÕES EDUCATIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO RN

Julie Idalia Araujo Macêdo
Graduanda em Ciências Sociais (UFRN)
Evelyn Santos de Sousa
Graduanda em Ciência Sociais (UFRN)

RESUMO:

O presente trabalho é consequência de estudos voltados à temática dos assentamentos rurais e dos movimentos sociais buscando demonstrar alguns resultados preliminares dessa investigação. Temos por objetivo entender o processo educativo que se viabiliza no meio rural, em particular nas áreas de projetos de assentamentos rurais (PA's) do Estado do Rio Grande do Norte. Partindo do pressuposto que os assentamentos rurais além de constituírem um espaço físico destinado ao trabalho agrícola e a vida rural, é um local formador de opinião e socialização dos indivíduos, pois as práticas culturais do meio em que vivem influenciam em sua formação. Somada a educação informal proveniente das manifestações sociais, demonstramos a importância das parcerias entre as Universidades e os movimentos sociais já que é sabido que a maioria dos assentamentos não têm escola e os estudantes devem se deslocar para os municípios vizinhos para poder estudar. Então se torna necessário analisar as instituições do sistema educacional existentes nos PA's e as ações que se fazem presente em prol da melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Palavras - Chaves: educação –assentamentos rurais - movimentos sociais

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento que já foi realizada em 20 áreas de assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, estas por sua vez estão divididas em 3 grandes áreas denominadas Territórios de Cidadania, Açú-Mossoro, Sertão do Apodi, e Mato Grande. Esta denominação foi feita pelo INCRA para a realização de um programa do governo federal que busca por em prática um conjunto de ações integradas voltadas para as necessidades de cada território. No Estado do Rio Grande do Norte existem 5 territórios, com 2 ainda em formação. temos por objetivo analisar as condições de acesso à educação escolar por parte dos assentados e verificar a relação entre a educação e a plena participação dos assentados com suas possíveis contribuições em prol da melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Este trabalho parte de uma projeto de pesquisa bem maior. O referido projeto teve seu início no segundo semestre do ano de 2006; e até o começo de 2008. Desse modo o conteúdo deste trabalho compreende o estudo realizado desde quando o projeto teve início até o presente momento.

As atividades originalmente desenvolvidas tiveram a oportunidade de ampliação no início de 2007 através de uma parceria com o Projeto INCRA – Ambiental, desenvolvido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em conjunto com a UFRN. Este projeto tem por meta visitar 33 assentamentos rurais do Estado do Rio Grande do Norte realizando o levantamento sócio-ambiental dessas áreas, apresentando o resultado elaborado na forma de relatórios referentes a cada assentamento. A coleta dos dados foi realizada através da aplicação de questionários de forma censitária contendo questões relacionadas à educação, saúde, política, renda e cultura. entrevistas foram feitas com as famílias assentadas e com as lideranças políticas de cada assentamento. E Todos os dados coletados foram armazenados em um banco de dados construídos a partir de um programa de tabulação e quantificação de dados, o SPSS – Statistical Package for the Social Sciences.

2. A realidade dos assentamentos

A pesquisa revela também que os assentados ainda enfrentam problemas graves de saúde, educação e infra-estrutura. Exemplo disso é a educação dos filhos é uma das maiores preocupações dos assentados. Muitos alegam que não conseguem alguns benefícios em virtude da falta de estudos esses buscam que seus filhos estudem um pouco mais. Poucos projetos de assentamentos possuem escolas, o mínimo que alguns tem é o ensino fundamental a grande maioria dos assentados buscam vagas nas escolas dos municípios mais próximos. Mesmo com as dificuldades que se fazem presentes na distancia e no transporte, uma porcentagem alta da população assentada freqüentava a escola.

No ambiente rural a educação escolarizada sempre foi um problema renegado pelas políticas públicas, ao longo da história uma grande demanda de estudantes provenientes do campo eram obrigados a se deslocar para os municípios vizinhos em busca de vaga em uma instituição de ensino. A lei federal nº 11.114, de 16 de maio de 2005 alterou os artigos 6º, 32 e 87 da LDBEN – Lei de diretrizes e bases da educação nacional que passaram a ter a seguinte redação:

“Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.”
(NR)

“Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

“Art. 87(...)

§ 3º

I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino:

- a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares;
- b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e

c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade;" (NR)

Além disso, muitos programas sociais possuem como critério para acesso a matrícula destes estudantes. Com a pesquisa verificamos a eficácia da Lei federal nº 11.114, já que cerca de 90% dos estudantes na faixa etária de 6 a 14 anos se encontram matriculados. Entretanto, a defasagem escolar é significativamente maior entre os jovens que se encontram na faixa etária 15 a 19 anos de idade, 62%, isto se dá em virtude da dificuldade em ter acesso a turmas de ensino médio, somado a isso nessa fase, estes jovens já participam da obtenção da renda e apesar da educação possuir um valor universal para os assentamentos esta não possui um sentido prático.

Segundo o documento "Princípios da Educação no MST" "a educação passou a ser vista como um dos processos de formação da pessoa humana na sociedade, sempre ligada a determinado projeto político a uma concepção de mundo. (GOHN.1997 p.147.). A partir do momento que os estudantes precisam se deslocar para os municípios vizinhos para conseguirem estudar eles passam a ter uma educação voltada para o urbano, que desconsidera a importância das práticas culturais do meio em que elas vivem o rural.

Desse modo são necessários projetos educacionais que levem em consideração a realidade da população assentada, suas necessidades e anseios. Na pesquisa foram encontrados 4 assentamentos que possuíam escolas de nível fundamental I, no entanto não existiam projetos voltados para a realidade destas áreas, os professores provenientes da rede municipal trabalhavam as noções básicas de leitura e escrita. Além disso, as escolas funcionavam improvisados, com estrutura precária e pouco material escolar.

Bordenave fala de processos "através dos quais o grupo realiza sua ação transformadora sobre seu ambiente e sobre os seus próprios membros". Segundo esse autor para que ocorra de fato essa ação transformadora é necessário conhecer a realidade, a educação possui papel fundamental nesse processo.

A nova forma de organização à qual os assentados aderiram, voltada para a participação, gera entre os assentados a necessidade de um maior grau de estudo. Já que, entre os próprios assentados a educação se demonstra cada vez mais necessária, tanto na vida prática quanto no plano intelectual. A participação possui um caráter coletivo transformador e é uma "não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, uma necessidade fundamental do ser humano(...). Como os demais processos sócio-humanos a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando a pessoas aprendem a conhecer sua realidade" (BORDENAVE, 1994: p. 16, 72).

A busca pela alfabetização e pela formação de turmas em locais improvisados já demonstra uma tentativa mesmo que mínima pela participação mais ativa e pelo exercício dos direitos enquanto cidadão de um país. Além do que, "as oportunidades educacionais estão relacionadas à construção da cidadania e seções consideradas também uma das mais relevantes condições para o desenvolvimento humano e social..(ABRAMOVAY E RUA, p.94).

3. Considerações finais

Nos 20 assentamentos rurais pesquisados, foram encontradas apenas 4 escolas que oferecem ensino fundamental, com professores da rede municipal. A maior parte dos estudantes busca vagas nas escolas nas comunidades rurais e municípios vizinhos. Alunos de ensino médio só tem acesso a turmas nas sedes de cada município, mas as grandes distancias dificultam o deslocamento. Todos assentamentos possuem transporte para a alocação dos estudantes, no entanto as condições destes meios de transportes são precárias e as estradas são péssimas, o que dificulta ainda mais o trajeto principalmente em períodos chuvosos.

4. Referencias

BORDENAVE, Juan E. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

RUA, Maria das Graças e ABROMOVAY, Miriam. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis” ? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasil: UNESCO. 2000.

GOHN, M. G. Os Sem-terra, ONG's e cidadania. São Paulo: CORTEZ, 1997, v.1.5º ed.

ANEXO:

Assentamentos rurais	População de 6-14 anos	Estudantes 6-14 anos	Fundamental I	Fundamental II
Santos Reis	9	9	6	3
Olho d'Escada	16	16	6	9
Ouro Verde	6	6	2	2
Rancho Pereiro	7	7	5	2
Santa Clara	8	8	4	4
Santa Luzia	4	4	3	1
Terra Nova	10	10	7	2
Tião Carlos	6	6	4	1
Barreira Vermelha	9	8	6	2
Sanata Elza	17	17	8	9
São José II	6	6	3	3
Terra Nossa	14	14	12	2
Águas-vivas	47	42	36	5
São João Batista	22	22	16	5

São Sebastião II	19	17	11	3
Lagoa do Sal	6	5	4	1
Ouro Branco	19	19	17	2
Logradouro	51	48	43	5
Vila Nova	7	7	3	3
Canto de Varas	1	10	7	2